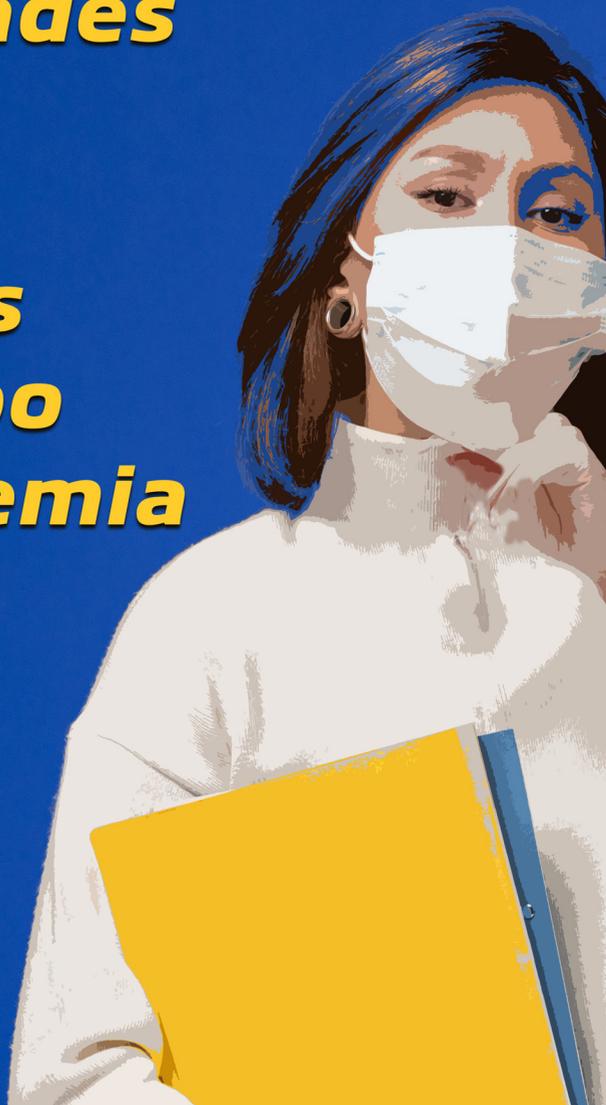




# ***Dificuldades laborais para as mulheres em tempo de pandemia***

| 12 de janeiro 2021 |



**SPGL**

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

## **sumário**

*Dificuldades Laborais para as Mulheres em Tempo de Pandemia* **Pag. 3**

*Acabar com a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras. Fátima Messias* **Pag. 4**

*Estudo sobre as Consequências da Crise Pandémica na Vida das Mulheres Professoras em Portugal . Apresentação das conclusões.. Fátima Barata* **Pag. 6**

*Voltar ao "normal" é deixar muita gente para trás. Mafalda Brilhante* **Pag. 11**

# Dificuldades Laborais para as Mulheres em Tempo de Pandemia

O tema da sessão Dificuldades Laborais para as Mulheres em Tempo de Pandemia foi escolhido pelo Grupo de Trabalho da Igualdade do SPGL com base na necessidade de reflectirmos em conjunto e com diversas protagonistas sobre as consequências deste período excepcional de pandemia na vida das mulheres.

Primeiramente, Fátima Messias da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP trouxe-nos uma exposição sobre as mulheres e o mundo do trabalho, partilhando números para se avaliar da grandeza das consequências da pandemia na vida das mulheres trabalhadoras: 8400 postos de trabalho de mulheres perdidos; precariedade que atingiu 59% de jovens trabalhadores; mais de 55% dos trabalhadores sujeitos ao teletrabalho e 31% das mulheres que trabalham a receberem o salário mínimo. A precariedade, a vulnerabilidade e o ataque aos direitos do trabalho sobretudo das mulheres estiveram em foco na discussão que se seguiu entre as/os presentes e a quem se juntou virtualmente ao debate.

Fátima Barata da associação Feministas em Movimento – FEM apresentou o resultado de um estudo promovido pela associação, dirigido a professoras, efectuado no final do ano lectivo 2019/2020 e que abrangeu respostas de 73 docentes de 12 distritos de todo o país. Num quadro dum classe muito envelhecida, no entanto, ela adaptou-se de forma pronta e positiva à nova situação, sem escamotear as dificuldades sentidas. Com efeito, as escolas responderam bem ao impacto da pandemia, mas o ministério de educação, mais uma vez mostrou-se incapaz das responsabilidades que lhe competem. O horário de trabalho aumentou e as condições de trabalho agravaram-se, porque a maioria da classe, sendo mulheres, teve de se desdobrar em teletrabalho, trabalho presencial e apoio à família. Sentimentos contraditórios foram geradores de stress e, o facto de as docentes terem passado a ter menos tempo para si são factores que devem fazer parte das preocupações com a saúde mental desta classe tão envelhecida, exausta e tão pouco valorizada pelos sucessivos governos.

Por fim, a visão da precariedade dada por Mafalda Brilhante da associação Precários Inflexíveis. Pegando nas ideias das oradoras que a antecederam, focou a sua intervenção na desigualdade de género que se reflecte nos números do desemprego, nos tempos de trabalho dedicados às tarefas domésticas e do cuidado, nas remunerações. Mafalda Brilhante questionou o conceito de trabalho e a necessidade de criar respostas actualizadas, nomeadamente para a questão do teletrabalho que veio para ficar. A crise pandémica mais não fez que visibilizar o que estava invisibilizado, destapar o que sempre existiu porque é estrutural na sociedade. Com ela, as fragilidades ao nível da habitação, dos transportes, das condições de vida e de trabalho e dos serviços públicos essenciais passaram a ter um destaque mediático que os governos sempre mascararam ou tentaram ocultar. Essa gritante desigualdade tem rosto de mulher(es). Mulheres invisíveis: empregadas domésticas, empregadas de lares, empregadas de limpeza... as que estiveram na linha da frente desde o início, para quem nunca pôde haver confinamento.

Este debate que se realizou no passado dia 12 de Janeiro, foi promovido pelo GT de Igualdade do SPGL no auditório do sindicato, aberto a quem quisesse participar online e contou com um número assinalável de presenças e intervenções para além das oradoras convidadas para o painel.

12 de Janeiro de 2021

# **Acabar com a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras**

## **Fátima Messias**

Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN

O trabalho, digno e com direitos, com segurança e com estabilidade, continua a ser central para todos e particularmente para as mulheres.

*A violência e o assédio no mundo do trabalho constituem uma forma de violação dos direitos humanos, são uma ameaça à igualdade de oportunidades e são inaceitáveis e incompatíveis com o trabalho digno. Afectam a saúde psicológica e física, a dignidade e o ambiente familiar e social.*

*São incompatíveis com a promoção de empresas sustentáveis e afectam negativamente a organização do trabalho, as relações de trabalho, o empenho dos/as trabalhadores/as, a imagem das próprias empresas e a produtividade.*

*A violência doméstica também afecta o emprego, a produtividade, a saúde e a segurança, pelo que também deve ser reconhecida e enfrentada no mundo laboral.*

Estes são princípios integrados na Convenção n.º 190 e na respectiva Recomendação n.º 206, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, aprovada em Junho de 2019, que deverá ser transposta para a legislação nacional de cada país e também estar reflectida nas convenções colectivas de trabalho.

Portugal ainda não ratificou esta Convenção.

No entanto as situações que vão sendo conhecidas e denunciadas

pelos Sindicatos da CGTP-IN – como o caso da trabalhadora corticeira, Cristina Tavares – demonstram que o trabalho digno e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias, continuam a ser postos em causa em muitas empresas e serviços no nosso País.

Nestes tempos de pandemia, o crescimento do teletrabalho, para além de outros problemas que acarreta no plano dos horários, da conciliação com a vida pessoal e familiar, da saúde física e psicológica, trouxe também novas situações de abuso patronal possibilitado pelas técnicas de vigilância utilizadas pelas empresas.

As mulheres que trabalham na linha da frente da COVID-19, especialmente, as enfermeiras, as trabalhadoras do sector social, do comércio, dos serviços de limpeza e de algumas indústrias, enfrentam cada vez mais abusos patronais e violação dos seus direitos individuais e colectivos.

### **A Convenção n.º 190 é a primeira norma internacional do trabalho a abordar a violência e o assédio no mundo do trabalho.**

Compromete governos e empresas também a eliminar o impacto da violência doméstica, incluindo quando o lar é o “local de trabalho”, como tem acontecido em tempos de pandemia e apela a medidas como: licença para as vítimas, regimes de trabalho flexível, protecção contra o despedimento e apoio no local de trabalho às vítimas de violência doméstica.

Aproxima-se a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, entre Janeiro e Junho de 2021.

É justo e oportuno reclamar que o governo português dê o exemplo e ratifique a Convenção n.º 190 e a respectiva Recomendação n.º 206; regule a Lei n.º 73/2017, de 16/8 (assédio no trabalho) que está há três anos para ser feita; revogue a norma da caducidade da contratação colectiva e reponha o princípio do tratamento mais favorável, no Código do Trabalho.

Mais do que constatar, é preciso agir e intervir, para que a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras sejam combatidas e eliminadas nos locais de trabalho.

Pois enquanto as mulheres forem discriminadas, nenhum homem será verdadeiramente livre.■

# ***Estudo sobre as Consequências da Crise Pandémica na Vida das Mulheres Professoras em Portugal***

## ***Apresentação das conclusões***

SPGL (Debate “Dificuldades laborais pra as mulheres em tempo de pandemia”)

**Fátima Barata**

FEM

Este estudo foi realizado online, no final do ano letivo 2019/2020, tendo por base 73 respostas de professoras de doze distritos do continente e ilhas.

No que respeita à ***caraterização das inquiridas***, as respondentes encontram-se entre os 40 e 59 anos na proporção de  $\frac{3}{4}$ , 60% delas ocupando o quadro de escola, 20% são contratadas e as restantes encontram-se em outras situações (estágios, aec's, ensino artístico, profissional, etc); menos de 30% das respondentes tem menos de 15 anos de serviço e quase 44% tem mais de 25 anos de serviço.

Salientamos que esta caraterização corrobora o já conhecido envelhecimento da classe docente - na qual as mulheres ocupam um lugar muito significativo. É ainda relevante salientar que quase  $\frac{1}{3}$  das respondentes, apesar do tempo de serviço substantivo, exerce a profissão de forma precária.

Debruçando-nos na ***análise dos dados*** relativos ao **trabalho durante a pandemia**, esta conduziu ao **teletrabalho** a quase totalidade das docentes com carácter obrigatório, não lhes permitindo optar pelo apoio à família, portanto. Posteriormente, mais de  $\frac{1}{3}$  das respondentes desdobrou-se entre o teletrabalho, o trabalho presencial e o apoio à família.

Relativamente aos maridos/mulheres ou companheiros/as, percebemos que, inicialmente, também estiveram na modalidade de **teletrabalho** uma maioria de quase metade; outros/as estiveram apenas com trabalho presencial e, numa percentagem muito reduzida,

acumularam as duas modalidades de trabalho sendo que, exclusivamente em apoio à família, estiveram 2,2% deles, situação que deixou de existir quando o trabalho presencial aumentou, na fase seguinte. Verificaram-se ainda situações de lay-off total ou parcial assim como de desemprego, se bem que numa reduzida escala.

Este novo cenário **repercutiu-se no horário, aumentando-o, e no agravamento das condições de trabalho e do estado emocional para mais de metade das docentes**. O desemprego e o lay-off tocaram à porta das respondentes, ainda que num peso diminuto, o que ajudou a contribuir para uma maior preocupação com o rendimento do agregado doméstico, por parte das afetadas.

Quando nos focamos no trabalho realizado pelas respondentes, destacamos que, **para mais de 3/4 delas, o ensino a distância (E@D) significou mais tempo de trabalho**, não com as aulas síncronas que implicavam contacto com os alunos, mas antes com a preparação de atividades a desenvolver nas aulas assíncronas e com a sua correção. Esta **situação agravou-se com a reposição do ensino presencial** para aquelas que tiveram de se deslocar entre a casa e a escola, cumprindo horários num forte ambiente de stress. Além disso, a flexibilidade horária não existiu para quase metade das respondentes e, sobretudo, não correspondeu às expectativas que tinham.

Já no que se refere à **adaptação ao E@D e E@C**, foi dominante a **existência de dificuldades** na medida em que, de um momento para o outro, as respondentes tiveram de fazer uso de plataformas digitais que nunca tinham usado, algumas delas em condições precárias, tanto por falta ou insuficiência de rede como por falta de material informático. Mais de metade das respondentes assinalaram falhas de formação no quadro das novas tecnologias ou no uso de material informático.

Nesta fase, uma larga maioria classificou como **Bom ou Suficiente o apoio dado pelas escolas**, contrariamente ao respeitante ao Ministério da Educação que, predominantemente, foi classificado como negativo. Provavelmente, em algumas escolas, o trabalho de equipa ou de grupo para resolver os problemas não foi o desejável na maior parte das escolas, assim como as direções poderão não

ter estado à vontade neste novo contexto. E sendo a instituição tutelar, caberia ao ME contribuir com um maior apoio às/aos docentes, a nível informático.

No que concerne aos sentimentos vivenciados neste período pelas docentes respondentes, ressaltamos a elevadíssima **Preocupação, muita Insegurança mas também, muita Esperança e Confiança**. Por outro lado, evidenciamos igualmente a expressão de múltiplos sentimentos.

Não podemos deixar de destacar, por se evidenciar neste estudo, que este foi um **tempo de elevada exigência para a classe docente**, particularmente para as docentes que se viram obrigadas a dar resposta a diversos e diversificados cenários profissionais em simultâneo com outros tantos relacionados com o agregado doméstico. Tudo isto inserido num outro cenário mais alargado, o da pandemia e as suas incertezas. **15% foi a percentagem daquelas que consideraram que a nova realidade escolar não interferiu no seu estado emocional.**

Centrando-nos nas questões relacionadas com o **rendimento mensal**, verificamos que para uma significativa maioria **manteve-se o rendimento mensal do agregado** e, quando tal não aconteceu, a justificação tem que ver com a cessação das atividades (AEC's), interrupção do estágio, lay-off ou desemprego da própria ou do/a parceiro/a. Pelo contrário, outras respondentes, poucas, ficaram com mais rendimento disponível, pois não tiveram de se deslocar ou fazer refeições fora.

Já no que respeita ao desempenho de tarefas, um âmbito que constitui uma das pedras de toque que permite identificar a existência de igualdade de género, no geral, a conclusão a retirar é que, em maior ou menor dimensão, **as tarefas como fazer compras, preparar refeições, cuidar da casa, cuidar das crianças e/ou jovens ou cuidar de idosos são desempenhadas pelas respondentes**, sendo que, em todas estas áreas, são elas que realizam, maioritariamente, as tarefas e, apenas em cerca de 1/3 dos casos essas tarefas são partilhadas. Só na preparação das refeições e na ida às compras ocorrem situações de exclusividade de realização da tarefa pelo parceiro/a, não indo muito além da décima parte da totalidade. No

cuidar da casa e das crianças/jovens, tal nunca acontece. A conciliação do trabalho com o cuidar de pessoas adultas e/ou idosas, sendo uma ocorrência residual neste estudo, é predominantemente classificada como Complicada.

Relativamente aos **relacionamentos antes do estado de emergência e desde então**, nos casos em que tal se verifica e que abrange 2/3 das respondentes, as respostas são maioritariamente positivas sendo muito residual as classificadas como Más. Com a nova situação de crise, alguns relacionamentos melhoraram e outros pioraram, uns e outros em escala reduzida. Neste quadro, poderemos concluir, assim, que para este grupo de professoras, **a pandemia não trouxe alterações no relacionamento.**

Ao questionarmos sobre as **atividades de lazer**, este estudo permite-nos saber que, **antes da crise sanitária, quase 3/4 das respondentes conseguia ter tempo/espço para si mesma através da leitura, da atividade física, criativa ou cultural ou pelo lazer. Esta situação alterou-se de forma relevante na medida em que usufruir desse tempo passou a ser uma exceção.** Anteriormente, algumas das respondentes, muito poucas, é certo, tinham sempre esse tempo e isso deixou de acontecer. As respondentes que tinham tempo algumas vezes passaram de mais de metade para menos de 1/3. Esta nova realidade vem corroborar o supramencionado, sobre as exigências do novo sistema de trabalho e do aumento do trabalho em casa.

Num outro enquadramento, o da **conciliação entre vida familiar e vida profissional**, antes da pandemia, para mais de 2/3 das respondentes **conciliar vida profissional e vida familiar** era Fácil ou Muito fácil mas **passou a ser Problemática ou Muito problemática** para mais de metade delas.

**Este tempo de crise trouxe para primeiro plano sentimentos negativos e contraditórios.** Preocupação com o futuro, Ansiedade e Inquietação são sentidas por mais de 2/3 das respondentes; cerca de metade sente-se Irritada e Preocupada com o presente; mais de 2/3 das docentes respondentes expressam múltiplos sentimentos. É um cenário fortemente marcado pela instabilidade emocional e pelo stress, e inquietante do ponto de vista da saúde mental.

Assim, as **principais conclusões** podem ser resumidas através dos seguintes pontos:

- A classe docente, em que as mulheres são maioritárias, está envelhecida;
- Quase todas as docentes ficaram, inicialmente em teletrabalho;
- Aumento do horário e agravamento das condições de trabalho;
- Ensino a distância (E@D) significou mais tempo de trabalho (preparação de atividades a desenvolver e sua correção);
- A existência de dificuldades na adaptação ao E@D e E@C foi predominante;
- O apoio dado pelas escolas foi considerado Bom ou Suficiente ao contrário do apoio prestado pelo Ministério da Educação;
- As docentes ressaltam como sentimentos mais frequentes a Preocupação, mas também encararam a situação com Esperança;
- Apenas 15% consideraram que a nova realidade escolar não interferiu no seu estado emocional;
- A grande maioria manteve o rendimento mensal do agregado;
- Acentuaram-se os fatores de desigualdade de género, nomeadamente relativos ao cuidar;
- Os seus relacionamentos mantiveram-se, maioritariamente, positivos;
- Reduziu significativamente o tempo e o espaço para si próprias;
- Aumentaram as exigências e quantidade de tarefas na vida profissional e na vida familiar;
- A conciliação entre a vida profissional e familiar passou a ser Problemática para grande parte das respondentes;
- Em tempo de crise, a Preocupação com o futuro, a Ansiedade e a Inquietação são os sentimentos mais sentidos pelas respondentes;
- Os sentimentos vividos, negativos e contraditórios muitas vezes, refletem e acentuam a instabilidade emocional das docentes. É necessário ter em consideração a saúde mental destas profissionais, pois o excesso de trabalho, a instabilidade emocional e o stress constituem-se como fatores que podem conduzir ao *Burnout*.■

# ***Voltar ao “normal” é deixar muita gente para trás***

**Mafalda Brilhante**

Precários Inflexíveis

Sabemos bem que as consequências das crises (sejam de que tipo forem) dependem das condições existentes a priori, portanto as consequências, ao nível do trabalho, da crise sanitária que atravessamos, são fruto do contexto laboral que tínhamos antes da crise começar.

E qual era esse contexto?

Bases frágeis: a precariedade, tanto laboral como, por exemplo, no direito à habitação, mantiveram-se uma realidade generalizada, especialmente entre os mais jovens e as mulheres, este facto decorre da falta de correção de problemas estruturais, acumulados ao longo de décadas de políticas neoliberais, em que a precariedade laboral é disso exemplo, e para a qual os sucessivos governos decidiram não corrigir. Sabemos que isto não é um infortúnio, não, é uma opção, um projecto, e as consequências deste projecto afetam toda a sociedade, de maneiras diferentes, pois como todas sabemos, não estamos mesmo todos no mesmo barco. A precarização das relações laborais (a dita “flexibilização do mercado laboral”) não aumenta o nível de produtividade nem o nível de emprego, pelo contrário, apenas gera uma transferência de riqueza do trabalho para o capital, e, sabemos, quem mais perde com isso são os trabalhadores e as trabalhadoras, bem como o Estado Social.

Podemos ver alguns dados:

Quem recebe salário mínimo: 31% das mulheres, 21% dos homens

Em média, por trabalho igual ou equivalente recebemos menos 14,4% do que os homens

No trabalho de cuidados remunerado, que é quem está na primeira linha no combate à pandemia e, portanto, mais exposto ao risco, são maioritariamente mulheres: 92% das auxiliares de saúde são

mulheres, 82% das enfermeiras são mulheres, 55% das médicas são mulheres; 80% de quem presta cuidados a dependentes e idosos são mulheres.

Trabalhadoras da limpeza (escolas, museus, bancos, empresas,): 40.000 pessoas, maioritariamente mulheres, na sua maioria racializadas e que moram nos subúrbios. Mulheres que nunca pararam, superexpostas ao risco quer pelo próprio trabalho quer pelas condições que havia (há) nos transportes públicos. Quando a maior parte da população estava confinada, era irmos ao Campo Grande ou Terreiro do Paço às 5 ou 6 da manhã para vermos que para estas pessoas, nada mudou.

Trabalhadoras domésticas – 105.000, trabalho maioritariamente feminino, onde a informalidade reina, e, portanto, descartar é bastante fácil, em muitas situações basta dizer: “muito obrigada por tudo, mas a partir de amanhã não apareça”. Apenas 2.358 receberam apoio extraordinário para acompanhamento à família.

E mesmo a lei laboral, onde se conseguiu no final de 2019, na última alteração que houve, alguns avanços na legislação, porém agravaram-se algumas questões como é o caso do período experimental que passou de 90 para 180 dias, e que foi a razão de alguns dos despedimentos durante esta crise.

Para além disto, sabemos que o trabalho doméstico e dos cuidados fica maioritariamente a cargo das mulheres (a tão falada dupla e tripla jornada de trabalho), os dados são que em média as mulheres trabalham 4h30m por dia em tarefas domésticas e do cuidado (3 meses de trabalho gratuito, totalmente invisibilizado pelos indicadores), cerca de 1h30m a mais que os homens. Durante o período de confinamento, foram maioritariamente as mulheres que tiveram que se desdobrar em casa entre trabalho assalariado, doméstico e de cuidados, o que fez um horário de trabalho sem fim, porque as diferentes jornadas de trabalho que as mulheres assumem não se acumularam, mas sobrepuseram-se (por exemplo, quando a filha ou filho está na escola, a mãe só cuida ao final do dia; no confinamento cuidava 24 horas por dia, a que sobrepunha o teletrabalho. Isto dá níveis de exploração escravagistas!). E aqui também gostaria de deixar a nota de que temos de ter muito cuidado na regulação do teletrabalho para que este não se torne a norma, pois, sabemos, irá cair que nem bomba na vida de muitas mulheres. Nota: 81% das

peças que pediram o apoio excepcional à família (apoio criado para permitir trabalhadores ficarem em casa a cuidar dos filhos) foram mulheres, ou seja, em 5 pessoas 4 eram mulheres. Seja porque cuidar das crianças ainda ser visto como responsabilidade maioritariamente da mãe, seja pelas mulheres monoparentais, que representam quase 90% das monofamílias. Para essas, não há sequer com quem dividir as tarefas.

Sabemos também que as mulheres estão na linha da frente na luta pelo direito à habitação, são maioritariamente mulheres com filhos quem se vê na situação limite de ter de ocupar uma casa para poder ter um teto. Neste sentido, dizer que, desde logo, esta foi uma preocupação muito grande, e logo em abril juntamente com a associação Chão das Lutas criámos a plataforma Resposta Solidária, com o objectivo de responder a dúvidas e fazer denúncia em casos de abuso, quer de questões ligadas ao trabalho, quer de habitação.

E estas são as tais bases frágeis, que são agora impiedosamente visíveis. Prova disso são as vidas hoje fortemente abaladas pelas consequências da retracção da economia.

E esta é a ideia que queremos trazer aqui, a de que a crise que estamos a atravessar veio visibilizar tudo o que estava invisibilizado, mas que sempre existiu e é estrutural na nossa sociedade. Ou seja, os efeitos sociais graves que já se fazem sentir revelam todas as desigualdades e injustiças que o discurso do Governo dos últimos anos tentou ocultar. O desemprego que dispara é sobretudo resultado desta precariedade que nunca deixou de estar instalada e que faz com que seja tão fácil descartar trabalhadoras e trabalhadores; os baixos salários da esmagadora maioria da população, principalmente das mulheres, que nunca permitiram mais do que chegar ao final mês – sobra sempre mês ao fim do salário –, são hoje pobreza e emergência social. Os dados referentes a Novembro 2020 dizem-nos que havia 175 mil homens no desemprego face a 223 mil mulheres. Ou seja, as mulheres estavam 10 pontos percentuais acima dos homens neste indicador.

Alguns exemplos práticos de situações que ocorreram durante 2020:

Várias empresas de sectores de mão-de-obra intensiva ajustaram logo com a pandemia, ou seja, descartaram trabalhadoras e trabalhadores, maioria mulheres, operárias/trabalhadoras manuais, com baixos salários há décadas: é ver os casos das indústrias têxtil, em

vários pontos do país (Norte, interior);

Ou empresas de outsourcing do sector das limpezas (para hotéis ou turismo, por exemplo), quase sempre com pouco respeito pelos direitos laborais mínimos (nos salários ou nos horários, também nos direitos no despedimento).

Vários foram os despedimentos e abusos nas cantinas, ou nas empresas de outsourcing da chamada “restauração colectiva”, maioria mulheres.

Ou o caso de um despedimento colectivo na ISS (multinacional das limpezas), que prestava outsourcing para limpar aviões da TAP. 116 pessoas alvo do despedimento. Obviamente, maioria mulheres. Sindicato denunciou que havia muitas alternativas de colocação (têm milhares de trabalhadores) e que não passou de uma forma de descartar as que já tinham alguns direitos e salário. Depois desta “limpeza”, contratam com condições ainda mais precárias.

Ou a bolsa de “voluntários” para reforço do trabalho de apoio nos lares, por exemplo. Bolsa esta formada por pessoas desempregadas, abrangidas por lay-off ou semelhante. E, para função essencial, perante a crise e a escassez, recebem bolsa em vez de salário. Mais uma vez, maioria são mulheres.

Resumindo: As mulheres têm sido historicamente o género mais prejudicado na divisão do trabalho, e isto é o reflexo dos preconceitos e discriminações que determinam as relações não só pessoais, como societais. Este “mercado de trabalho”, que é sexista, além de fortemente explorador da mão-de-obra, que exige barata, está ainda munido de preconceitos de género, representando em pleno o patriarcado masculino que gere (mal) a sociedade, a economia e a política, subjugando as mulheres, em particular as mulheres pobres.

Portanto, precariedade e subalternização de funções essenciais (cuidados, etc) essencialmente prestadas por mulheres continuam a ser a regra.. Somos não só as que têm um maior risco de infecção (derivado da exposição ao risco a que o trabalho de grande parte das mulheres obriga) como as que têm um maior risco de perda de emprego devido à precariedade dos trabalhos que se acentua quando falamos de trabalhos maioritariamente femininos. Somos aquelas a quem mais se pede, a quem mais responsabilidade se exige, mas a quem se recusa protecção social.

É por tudo isto que é tão necessário reivindicar a protecção reforçada do emprego de todas as trabalhadoras e trabalhadores; a justa protecção social para quem já perdeu, ou está em vias de perder, o seu emprego, nomeadamente para quem sempre foi excluído dessa protecção em virtude do seu vínculo laboral precário; o reforço dos serviços públicos nomeadamente com criação de redes de cuidados, bem como a garantia pelo Estado de direitos básicos de modo a proteger quem é mais afectado pela quebra de rendimentos.

Ou estas medidas são garantidas, ou então a crise social irá mesmo rebentar, e sem dúvida que as mais prejudicadas serão mesmo as mulheres.

A única solução é mesmo virar a economia ao contrário, as pessoas, bem como os cuidados, têm de estar no centro, não os lucros. E, para isso acontecer, precisamos de discutir o que é o trabalho. Temos de falar de direitos e protecção no trabalho, mas também temos de falar de tempo de trabalho e de jornada de trabalho. Enquanto a sociedade – governo, partidos, sindicatos – se recusarem a olhar para o trabalho doméstico e dos cuidados, enquanto não se perceber que ele significa sobre-exploração, ou, como diz Nancy Fraser, uma expropriação, não haverá justiça. Se somarmos as horas de trabalho assalariado com as horas de trabalho doméstico e dos cuidados, perceberemos que, em média, em Portugal, no século XXI, as mulheres trabalham cerca de 12h30 por dia.

Por isso, quando ouvimos dizer que é impossível voltar ao tempo antes da pandemia, é um suspiro de alívio, porque esse tempo já era fortemente marcado pelas desigualdades. A resposta à pandemia tem de articular, por isso, duas ideias fundamentais: proteger as pessoas ao mesmo tempo que se resolve a injustiça e a desigualdade.

Sem isso, sabemos, muitas são as pessoas, principalmente, mulheres, quem estaremos a deixar para trás.■



[www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)